



LHM

A DESCONSTRUÇÃO DA MATERNIDADE COMO DESTINO: AS MÃES NAS LITERATURAS DE AUTORIA FEMININA

Larissa Lopes Flois*¹

*Universidade Estadual de Maringá (UEM)

e-mail: floislari@gmail.com

Resumo: O presente trabalho busca compreender, passando por exemplos da literatura de autoria feminina com uma visão decolonial, como a maternidade é desconstruída e reconstruída em obras escritas pós-1990. Por muitos anos, as personagens mulheres da literatura mundial foram descritas apenas em relação aos protagonistas homens de suas narrativas, e as mulheres mães ainda mais estereotipadas e silenciadas. Todavia, com a notoriedade da literatura escrita por mulheres, é possível perceber que essas personagens podem ter seus próprios arcos longe dos olhos masculinos e podem desejar ser mais do que apenas cuidadoras. É por esse viés que se pretende investigar como a categoria 'mãe' é descrita nos textos escritos por autoras mulheres nos últimos trinta anos, partindo da concepção de Hutcheon (2002) de que o final do século XX trouxe consigo uma contestação das ideologias anteriormente dominantes. Com o aporte de teóricas e teóricos do Pós-Colonialismo e do Decolonialismo, será analisada a posição da mulher na sociedade e seu papel em um mundo dicotômico. Os textos mostram como é possível compreender as mulheres como seres próprios, e como as amarras impostas pela sociedade são realmente aprisionantes.

Palavras-chave: maternidade. autoria feminina. Pós-Colonialismo. Decolonialismo. literatura contemporânea.

The Deconstruction of Motherhood as a Destiny: Mothers in Literatures by Female Authors

Abstract: This work seeks to understand, through examples of female authored literature with a decolonial view, how motherhood deconstructed and reconstructed in post-1990 works. For many years, female characters in world literature were described only in relation to the male protagonists of their narratives, and female mothers were even more stereotyped and silenced. However, with the notoriety of literature written by women, it is possible to realize that these characters can have their own arcs away from male eyes and can wish to be more than caregivers. It is through this perspective that we intend to investigate how the category 'mother' is described in texts written by

¹ Mestranda no programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá. Lattes <http://lattes.cnpq.br/9703086863897295>.



female authors in the last 30 years, building on Hutcheon's (2002) notion that the end of the twentieth century brought with it a challenge to previously dominant ideologies. With the contribution of Postcolonialism and Decolonialism theorists, the position of women in society and their role in a dichotomous world will be analyzed. The texts show how it is possible to understand women as their own beings, and how the chains imposed by society are really imprisoning.

Keywords: maternity. female authorship. Postcolonialism. Decolonialism. contemporary literature.

A representação das mulheres

O sistema patriarcal, desde sua origem na história da humanidade, tem causado sofrimento a todos os seres humanos, mas principalmente às mulheres, perpetuando a opressão feminina como uma concepção corriqueira e cotidiana. Esse sistema, que possui características misóginas de objetificação, silenciamento e ignorância da presença, força e papel das mulheres, remonta à primeira divisão sexual do trabalho e se autojustifica por uma construção histórica que subordinou as mulheres a um lugar inferior na sociedade, subjugando-as ao poder masculino soberano, instituído pelos homens para regular as relações de gênero. As origens dessa ideologia não são claras, mas são vistas desde a classificação de cidadãos nas cidades gregas e até mesmo na exclusão das mulheres da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, durante a Revolução Francesa, apenas para reforçar a soberania masculina.

A literatura ilustra o processo de invisibilização das mulheres, que são relegadas ao papel de servir aos homens, além das violências cotidianas às quais são submetidas. Mikhail Bakhtin afirma que “não se pode estudar a literatura isolada de toda cultura de uma época, é ainda mais nocivo fechar o fenômeno literário apenas na época de sua criação, em sua chamada atualidade” (BAKHTIN, 2017, p. 13) e demonstra como a literatura se reafirma como registro do comportamento e das concepções da sociedade em suas diversas manifestações ao longo do tempo, de acordo com as regras de cada época de produção literária. Assim, a exclusão de uma representação real do sujeito mulher, sem sua constante inferiorização para uma valorização das personagens masculinas, pode ser percebida quando se nota que, há dois séculos, apenas autores homens podiam publicar suas histórias e caracterizar suas personagens da maneira como desejavam.

Gayatri Spivak em *Pode o subalterno falar?* afirma que “o subalterno como um sujeito feminino não pode ser ouvido ou lido” (SPIVAK, 2010, p. 163), pois a este sujeito não foi/é dada uma chance de se mostrar para o mundo e de ser ouvida. Suas histórias foram



excluídas ou, quando mencionadas, contadas a partir da visão dos seus opressores. Ao abordar a questão das sociedades pós-coloniais, a autora coloca a mulher como uma das classificações de sujeitos subalternos e explana a dificuldade de ouvir suas vozes. “O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à ‘mulher’ como um item respeitoso nas listas de prioridades globais” (SPIVAK, 2010, p. 165). Os subalternos podem ser entendidos como todo grupo que foi menosprezado e inferiorizado por aqueles que estão no poder, os que dominam a sociedade com suas regras – e dentre esses grupos inferiorizados estão as mulheres. Esse fenômeno da subalternização pode ser constatado através das diversas manifestações de violência perpetradas contra as mulheres cotidianamente, decorrentes de sua representação como seres inferiores e tratadas sem consideração alguma.

Apesar das tentativas de inserção feminina no âmbito literário, as personagens femininas retratadas em obras escritas por homens ainda eram frequentemente representadas de forma estereotipada, enquanto as violências sofridas pelas mulheres eram retratadas como algo inescapável e natural. Como exemplo, podem ser citadas a personagem Daisy, de *O Grande Gatsby*, de F. Scott Fitzgerald, que é descrita como sem importância, amoral, sem coração, destruidora de lares e promíscua; ou ainda Carlota, de *Cinco Minutos*, escrita por José de Alencar e que não passa de apenas um objeto de desejo do protagonista: uma mocinha bonita e frágil e que precisa do amor do homem de sua história para viver.

Para os escritores homens pertencentes ao cânone literário e para a maioria das grandes histórias consolidadas e difundidas ao longo dos tempos, mulheres só poderiam ser más – como pode ser encontrado nos exemplos dos contos de fadas, com as bruxas e madrastas más – ou donzelas indefesas em busca do amor de um herói. Afinal, como afirma a pesquisadora Márcia Tiburi (2018):

A docilização e submissão das mulheres tem tudo a ver com isso. Todas as vezes que as mulheres se tornaram indesejáveis ou inúteis, perigosas ou desobedientes, elas foram perseguidas e mortas. E toda essa perseguição e violência foi sustentada pelo discurso misógino. Sempre é mais fácil odiar mulheres do que homens, mesmo quando eles seriam muito mais odiáveis do que elas (TIBURI, 2018, p. 49-50).

Vê-se, então, que não havia uma representação complexa de uma personagem que não era nem má nem boa, mas sim um ser humano completo com várias facetas. A



estereotipação do sujeito mulher era uma forma fácil e eficaz do controle da soberania masculina dentro e fora da literatura, como demonstra a pesquisadora Lúcia Zolin: “da misoginia que permeia as representações femininas tradicionais, ora presas à nobreza de sentimentos e ao caráter elevado, ora relacionadas com a Eva pecadora e sensual” (ZOLIN, 2009, p. 106). Nota-se que, nos romances de cavalaria, como *Dom Quixote*, nas cantigas de amor e até mesmo nas histórias de princesas, há frequentemente um contraponto entre uma mulher má que quer destruir a felicidade de todos e uma muito carinhosa cuja única função é ser zelosa, como pode ser observado na história da Cinderela. E, ainda de forma muito explícita, uma princesa dócil que precisa ser salva por um príncipe encantado ou cavaleiro heroico, de algum feitiço, prisão ou vida infeliz que lhe foi imposta por uma bruxa.

Em obras como *Suíte Tóquio*, de Giovana Madalosso, há personagens mulheres que se desvinculam dos estereótipos impostos socialmente de uma mãe dedicada e carinhosa ou de uma mulher delicada. Em vários momentos é possível perceber que a maternidade não é a escolha principal da vida de Fernanda, uma das protagonistas da obra de Madalosso, pois coloca sua filha de lado para focar em sua carreira e no seu descobrimento pessoal.

Observa-se que a narrativa da obra evidencia esse lado menos maternal da personagem, o que logo a classificaria como vilã de sua história. Todavia, essa mulher não é um ser estereotipado – sua personalidade não é imutável. Fernanda reflete sobre suas ações como mãe, após o desaparecimento de sua filha, exemplificando que é possível haver personagens mães/mulheres que estão na posição de cuidadoras que não são perfeitas como os contos de fada e obras românticas desejam, mas que também não são vilãs. Fernanda apresenta uma personalidade muito mais complexa do que apenas uma mãe relapsa e não precisa ficar presa na visão maniqueísta do mundo.

Em narrativas que apresentam apenas duas formas de caracterizar personagens mulheres – boazinhas ou malvadas – percebe-se que, mesmo que haja lobos, ogros e pais controladores em suas histórias, odiar as personagens mulheres se torna muito mais natural, como visto anteriormente em Tiburi (2018). O que acontece já que os homens são vistos socialmente como seres que devem ser temidos e que as mulheres deveriam ser delicadas e gentis.



Quando essa representação da inferiorização da mulher é trazida para o contexto dos povos que foram submetidos ao colonialismo², as mulheres se mostram, então, duplamente subalternizadas e oprimidas pelos homens brancos europeus. Assim, percebe-se como a manutenção da hegemonia masculina é sustentada pela contínua subjugação das mulheres. Segundo Spivak (2010), embora os homens dos continentes invadidos também tenham sido colonizados, a construção ideológica da supremacia masculina permitiu a perpetuação da dominação masculina. “Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (SPIVAK, 2010, p. 85).

Dessa forma, enquanto houve o avanço do feminismo na Europa – que possibilitou que houvesse obras escritas por mulheres adentrando o mundo patriarcal do cânone de alguns países, como a Inglaterra –, as mulheres dos continentes invadidos tiveram que lutar muitas vezes mais para saírem da posição de não-humanidade imposta pelos colonizadores. As mulheres, colonizadas em termos territoriais e corporais, ainda sofrem com as consequências dessa arbitrariedade na atualidade. A dominação masculina e branca é mantida firmemente por meio de um processo contínuo de subjugação.

Nancy Fraser, filósofa contemporânea, todavia, destaca, em sua pesquisa, a importância das mulheres que participaram de manifestações do movimento feminista, ao revelarem as injustiças trazidas pelo capitalismo, muitas vezes de maneira sutil. As feministas uniram-se e expandiram a percepção da sociedade acerca das desigualdades geradas pelo sistema econômico vigente, que vão muito além do âmbito público.

A autora demonstra que o resultado dessa investigação não se limitou a uma lista de questões fragmentadas: “pelo contrário, o que relacionou a pletera de injustiças recém-descobertas era a noção de que a subordinação das mulheres era sistêmica, fundamentada nas estruturas profundas da sociedade” (FRASER, 2009, p. 18). Não era simplesmente uma questão de mostrar que as mulheres eram tão capazes quanto os homens, era necessário entender que as mulheres foram aprisionadas por um sistema que não permitia que elas

² O fenômeno do colonialismo, também conhecido como período colonial, refere-se à época em que as metrópoles europeias mantiveram o controle sobre suas respectivas colônias, tendo seu término ocorrido aproximadamente no primeiro quarto do século XIX. É importante ressaltar que esse conceito não deve ser confundido com a noção de ‘colonialidade’, uma vez que esta última é entendida como uma consequência direta da modernidade. Portanto, enquanto o colonialismo pode ser considerado encerrado, a colonialidade persiste, já que é uma característica inerente à própria modernidade, como compreende Hall (2003).



saíssem de suas posições – nem de suas casas, uma vez que os homens isolaram as mulheres do trabalho fora do lar.

Quando as mulheres ingressaram no mercado de trabalho, várias restrições foram impostas a elas, como a redução salarial – o que Fraser (2009) estabelece como uma conexão direta para o ideal de emancipação das mulheres:

Aplicando esta análise ao capitalismo organizado pelo Estado, descobriram as conexões profundamente estruturais entre a responsabilidade das mulheres à maior parte dos cuidados não remunerados, a subordinação no matrimônio e na vida pessoal, a segmentação de gênero dos mercados de trabalho, a dominação do sistema político pelos homens, e o androcentrismo da provisão do bem-estar social, a política industrial e os esquemas de desenvolvimento. De fato, elas expuseram o salário familiar como o ponto no qual convergiam a má distribuição de gênero, a falta de reconhecimento e a falta de representação (FRASER, 2009, p. 19).

Desse modo, a subalternização das mulheres foi preservada pelo sistema capitalista, uma vez que impossibilita uma ascensão feminina, ao considerar as mulheres como inferiores. O que, como afirma Spivak (2010) no que diz respeito aos povos colonizados, apenas evidencia o fato de que suas vozes são frequentemente silenciadas e, portanto, impossibilitadas de contar suas próprias histórias e se libertarem das marcas da opressão.

Portanto, a representação literária das mulheres em obras escritas por homens segue os padrões patriarcais do sistema capitalista vigente nas sociedades pós-coloniais. Bonnici (2009) demonstra essa dominação nas sociedades pós-coloniais e seu papel fundamental para manter uma relação de hierarquia ao afirmar que “a opressão, o silêncio e a repressão das sociedades pós-coloniais decorrem de uma ideologia de sujeito e de objeto mantida pelos colonizadores. (BONNICI, 2009, p. 230). A descrição das personagens como submissas e objetificadas evidencia como os homens vêm enxergando as mulheres desde o momento em que os colonizadores chegaram para usar dos corpos e das terras encontradas. “Nas sociedades pós-coloniais, o sujeito e o objeto pertencem a uma hierarquia em que o oprimido é fixado pela superioridade moral do dominador” (BONNICI, 2009, p. 230). Compreende-se, então, que um crescente na escrita de autoria feminina pode auxiliar na construção de personagens não estereotipadas e que representem a realidade e, quem sabe, na mudança da visão sobre as mulheres como um todo.



A representação das mães

Se a representação das mulheres em textos literários escritos por homens foi quase sempre superficial e estereotipada, a caracterização de personagens que são mulheres mães foi ainda mais negligenciada. Pode ser notado nos contos de fadas – as histórias originais escritas por Charles Perrault, Hans Christian Andersen e pelos Irmãos Grimm e as adaptações cinematográficas dirigidas todas por homens –, por exemplo, que as mães da Branca de Neve, Cinderela, e Ariel, de *A Pequena Sereia* estão mortas quando a história começa, e as mães da Rapunzel, do filme *Enrolados*, e da Bela Adormecida passam a história toda sem ter contato com suas filhas. A representação das mães na literatura é mais uma forma de entender como a sociedade vê essas figuras e percebe-se que, muitas vezes, não há nem mesmo uma representação: matar as personagens ou colocá-las longe dos holofotes é uma saída mais simples do que criar mulheres com personalidades reais.

Casar-se e ter filhos é algo que foi imposto pelo patriarcado como destino natural para todas as mulheres. Assim as histórias mostravam que, para ser feliz para sempre, uma mulher precisava construir uma família com um homem e dedicar-se a este núcleo integralmente; que não existe outra possibilidade de futuro fora do lar e da devoção aos filhos. As mulheres que ousaram buscar um pouco a mais do que lhes foi permitido ter foram consideradas maldosas, como pode ser visto nas vilãs de *Cinderela* e *Branca de Neve*: mulheres que ocupam a posição de mães das princesas, mas cuja personalidade não se centra apenas nisso.

Em todas essas histórias que os estúdios da Disney adaptaram e que marcaram gerações de crianças, apenas as mães da Tiana, de *A princesa e o sapo*, e da Merida, de *Valente*, estão vivas e possuem personalidade relevante para a narrativa – o que pode ser subentendido por estarem localizadas em um período significativamente posterior aos das histórias mencionadas anteriormente. As histórias de princesas cumpriram por muitos anos a função de formar meninas para seguirem um destino específico e, por mais que essas histórias no geral possam empoderar e educar crianças criticamente, o papel das mães nunca foi questionado – até a chegada das ‘novas princesas’.

O que essas histórias querem mostrar é que só existe um futuro ‘correto’ para uma mulher: ser uma mãe carinhosa e devota e que qualquer desvio desse amor incondicional acarretará a classificação dessa mulher como má. Mas, se existiu, no mundo dos contos de



fada, uma mulher que não queria ser mãe, ela não apareceu para o público, pois este seria um desvio ainda maior da premissa propagada. As pesquisadoras Paula Gonzaga e Cláudia Mayorga afirmam, desse modo, que

Ser mãe é socialmente apontado como objetivo-fim para a vida feminina e sendo desse modo, as mulheres são correntemente lidas como incompletas. A maternidade é o destino possível para que se justifique a existência desses corpos não fálicos em uma sociedade patriarcal; é o que confere às mulheres algum valor. Nessa equação, a mulher é o meio para um fim: a descendência (GONZAGA; MAYORGA, 2019, p. 61).

E nota-se que este fim é um fim real: não há nada além disso. Há uma forma de ser mãe sem ser vista apenas neste papel? Em um dos maiores romances do Brasil, *Dom Casmurro*, a mãe do protagonista, Dona Glória, é descrita como mãe dedicada de seu filho e seguidora devota de Deus. Esses são seus únicos atributos; sua função na narrativa é de ter feito uma promessa que enviaria o filho a um seminário e o prenderia de seguir o amor de Capitu. Quem era Dona Glória além de ser mãe? Por mais que a história enfoque em Bentinho, por que não há mais da personalidade dessa mulher e das mulheres desse clássico da literatura brasileira?

Talvez um dos maiores exemplos do aprisionamento das mulheres a este objetivo-fim seja a mocinha de Matacavalos. A obra de Machado de Assis evidenciou, pela escolha da narração em primeira pessoa e pela trama envolta a questionamentos de posse e ciúme, os efeitos do patriarcado na sociedade da época retratada. Quem foi Capitu depois do casamento e da maternidade se não uma prisioneira do marido? Capitu não quis ser apenas esposa e mãe, ela ousou desejar sair para bailes, se vestir bem e ter amigos e acabou isolada na Europa por conta do ciúme doentio de Bentinho. Gonzaga e Mayorga declaram que, “em outras palavras, não é possível falar de maternidade a partir de uma referencial individualizante, mas a partir de uma perspectiva sócio-histórica” (GONZAGA; MAYORGA, 2019, p. 61), uma vez que Capitu, Dona Glória e todas as mulheres no geral são vítimas do processo de desumanização e controle dos corpos femininos que existe com o patriarcado. Logo, a maternidade é um discurso que legitima a violência em que se fundamenta, e isso se reflete na opressão e na recusa de posicionamentos críticos em relação à maternidade e nas resistências a eles.

Contudo, isso pode ser percebido em obras escritas a partir do final do século XX. A pesquisadora e teórica Linda Hutcheon (2002) declara que o final do século XX trouxe



consigo uma perspectiva de contestação das ideologias dominantes encontradas em textos e discursos anteriormente consolidados, uma vez que “[...] a posição do pós-modernismo é aquela que deseja contestar os modos culturais dominantes (patriarcado, capitalismo, humanismo, etc.)” (HUTCHEON, 2002, n. p.). A partir dessa classificação foi possível elencar algumas obras escritas por mulheres para serem citadas neste trabalho.

Nota-se, por exemplo, em *Por favor, cuide da mamãe*, da autora Kyung-Sook Shin, uma narração preocupada em mostrar para quem estiver lendo que Park So-nyo não foi somente mãe de seus filhos. De uma forma emocionante, o público conhece a matriarca de uma família de cinco filhos que desaparece em um dia ordinário na capital da Coreia do Sul, Seul. Passando pelo ponto de vista de suas filhas e filhos e de seu marido, é possível perceber que nenhuma das pessoas envolvidas com Park realmente a conhecia; para todos ela sempre foi apenas a mãe da família.

Apenas com o desaparecimento de Park é que a família começa a se questionar se sabiam como ela vivia e descobrem que, por nunca a terem visto como uma mulher, mais do que apenas mãe e esposa, desconhecem as doenças, necessidades e prazeres que a protagonista da história carregava consigo. Park So-nyo era o pilar da família, mas sua identidade foi mantida em silêncio para dar lugar aos cuidados com todos os outros membros – exceto com ela mesma.

Kyung-Sook Shin revela uma maneira de abrir os olhos das pessoas para a realidade de uma mãe. Isso não significa que a maternidade tenha sido a causa do silenciamento e da desvalorização da personagem, mas que o ‘ser mãe’ é tão naturalizado dentro da sociedade que os filhos muitas vezes não enxergam a mulher por detrás do título de mãe. A obra sul-coreana evidencia que mães também têm desejos fora da sua qualidade de mãe.

A maternidade em si não é o problema, mas a maneira como ela é colocada na vida das mulheres – na literatura e na sociedade como um todo – não dá espaço para que haja um outro destino, além de rechaçar aquelas que não desejam seguir este caminho. Ela é, assim, parte das amarras impostas pela colonialidade e que repercutem até a atualidade, pois, mesmo com a independência dos povos colonizados, ainda há imposições feitas pelos povos colonizadores que ficaram marcadas na história. Stuart Hall, sociólogo jamaicano, anuncia que “o ‘colonial’ não está morto, já que sobrevive através de seus ‘efeitos secundários’” (HALL, 2003, p. 110) e, para as mulheres, alguns desses efeitos se mostram através da objetificação de seus corpos como motivo de desejo, ódio ou amarra.



Por isso, Gonzaga e Mayorga afirmam que

É necessário, no entanto, identificar que por mais que uma mulher nunca tenha sido mãe, a maternidade, enquanto instituição, faz parte da constituição de sua subjetividade. A maternidade é uma instituição que nos antecede e para qual a sociedade nos molda. Por mais que não se tenha vivido a maternidade ela é estranhamente próxima, mesmo quando a negamos; ao mesmo tempo que ela impõe uma hierarquia entre as mulheres: não ser mãe é estar a margem de um conjunto de atribuições, preocupações, prazeres e compromissos que a tal experiência implica. Nesse sentido, corpos femininos são socialmente lidos como mães em potencial, mesmo que não desejem a maternidade. É uma posição paradoxal: mesmo recusando a maternidade, as mulheres continuam sendo definidas por ela, ou pela sua ausência (GONZAGA; MAYORGA, 2019, p. 62).

A maternidade, ao invés de uma escolha, se tornou mais uma forma de aprisionar mulheres. A não escolha da maternidade não é normalmente mencionada em obras escritas e ambientadas anteriormente ao século XIX por ser simplesmente aceita como destino sem possibilidade de mudança. A continuação da colonização dos corpos das mulheres por conta dessa presunção apenas explicita como as consequências do colonialismo e do patriarcalismo estão enraizadas na cultura ocidental. Para verificar este ideário basta perceber que, quando uma mulher diz que quer ser mãe, os comentários são “parabéns”, “que alegria”, “um filho é uma benção”; se uma mulher diz que não quer ser mãe, os comentários são “mas por quê?”, “você vai se arrepender”, “um filho vai melhorar sua vida”, pois, como Gonzaga e Mayorga confirmaram acima, a maternidade é o que define uma mulher.

Isso tudo, no entanto, deixa um pouco mais problemática a narrativa criada para o destino das mulheres: se ser mãe é tudo o que as mulheres precisam, por que as mães da literatura não têm mais vez e voz e não são descritas como felizes e realizadas? Por que, ao se tornar mãe, uma mulher precisa ser unicamente mãe? Essa ideia segue o mesmo caminho das demais imposições da colonialidade e do patriarcado: a função de uma mulher mãe é cuidar e apresentar apenas características de uma mãe zelosa. Por isso, continua a pesquisadora Mariana Cordeiro, “tantos textos narrativos evocam questões sobre a identidade primeiramente feminina e depois a identidade de mãe. Uma não pode ser construída sem a outra e não há como uma ser criada antes da outra” (CORDEIRO, 2021, p. 272).

Essa coerção velada que é destilada às mulheres apenas comprova a naturalização da maternidade como parte constituinte da vida de uma mulher, é uma ideia institucionalizada



e coerciva que reflete as consequências da colonialidade. Walter Mignolo afirma que “não há modernidade sem colonialidade” (MIGNOLO, 2017, p. 2), uma vez que o início da era moderna começou com a invasão dos outros continentes pelos europeus, criando repercussões vistas até hoje. Assim, às mulheres é conferida uma violência compreendida como natural e necessária.

A importância de uma autoria feminina

Autores homens são grande parte dos cânones literários ao redor do mundo, o que demonstra como as obras escritas por homens foram sempre colocadas em patamares altos quando comparadas com as obras escritas por autoras mulheres. O cânone de um país é composto por obras e autores que representam aquele país e que estão entre o que foi mais bem publicado; portanto, se homens são a maior parte desses cânones, significa que as obras de mulheres não foram/são consideradas boas o suficiente para fazerem parte do hall canônico. Mas, sem entrar somente na questão de fama e importância das obras selecionadas para o cânone, as obras e autoras que foram deixadas de lado dessa classificação são vistas como não relevantes para o país e a sociedade.

No Brasil, foi apenas com a chegada de Rachel de Queiróz e Clarice Lispector que o cânone recebeu a presença de mulheres. A exclusão de autoras que vieram antes não mostra que as obras publicadas não eram boas, mas sim que as obras publicadas por mulheres não eram vistas com potencial para serem classificadas como significativas para a sociedade brasileira. Maria Firmina dos Reis publicou *Úrsula* em 1859, mas não foi mencionada por mais de um século como autora do Romantismo, mesmo que sua obra tenha sido muito parecida com as obras de autores homens que são até hoje estudados e celebrados.

Enquanto as obras de homens são consideradas como sinônimo de talento e sucesso, as obras de mulheres continuam sendo negligenciadas. E isso se dá principalmente porque as mulheres ainda são definidas em relação aos homens; entendendo que quem detém o poder dentro da modernidade é, até o presente, um homem branco, burguês e heterossexual, o que desviar desse padrão não poderá ser visto como algo bom. E é essa premissa que faz com que as mulheres sejam rebaixadas, pois, como constatou María Lugones, “mulheres são aquelas que não têm um pênis; não tem poder; não podem participar da arena pública” (LUGONES, 2020, p. 67-68).



Durante diversos séculos, a produção literária brasileira, por exemplo, negligenciou a importância e a relevância das mulheres no contexto do cânone literário. Observa-se, portanto, que a construção identitária da literatura brasileira se consolidou em um ambiente predominantemente masculino, no qual a participação feminina foi sistematicamente excluída. Tal situação é evidenciada pela forma como as mulheres são retratadas nas obras literárias de autoria masculina. Ou, como continua a professora Rita Schmidt, “a construção da nossa literatura nacional – a sua identidade – foi uma discussão debatida e levada a efeito por escritores e críticos. Dela não participaram as mulheres, nem foram reconhecidas como sujeitos do discurso e da cultura” (SCHMIDT, 2008, p. 56), uma vez que a elas foi imposto o lugar da margem.

No contexto em que somente escritores do sexo masculino possuíam autoridade para retratar a vida das mulheres, a narrativa construída era sempre marcada pelo ponto de vista do opressor. Consequentemente, quando autoras mulheres obtiveram a oportunidade de escrever, elas passaram a registrar suas próprias histórias e narrativas, desconstruindo ideologias previamente estabelecidas e oferecendo uma perspectiva alternativa que considerasse a experiência daqueles que foram subjugados por um longo período de tempo. E é dessa maneira que a Literatura se mostra como uma forma de deslocar padrões preestabelecidos para as mulheres e fazer com que as vozes silenciadas sejam ouvidas.

Em *A vida invisível de Eurídice Gusmão*, Martha Batalha conta a história de uma mulher que foi levada pela vida a tomar ações que não eram as que sempre havia sonhado. Eurídice se casa porque todas as mulheres se casam – “se Eurídice queria casar? Talvez. Para ela o casamento era algo endêmico, algo que acometia homens e mulheres entre dezoito e vinte e cinco anos. Tipo surto de gripe, só que um pouquinho melhor” (BATALHA, 2016, p. 82) –; um homem se interessou por ela e, assim, ela saiu da casa de seus pais para se tornar esposa de alguém. Com o tempo, ela também se tornou mãe de duas crianças das quais ela cuidava e sabia que deveria cuidar. Mas, nesse casamento, Eurídice viu que tudo era muito ínfimo: a vida de mãe e esposa era sempre a mesma, e ela queria mais.

Se essa história não tivesse sido escrita por quem foi e quando foi, talvez a história de Eurídice terminasse como a da Madame Bovary – uma mulher que esqueceu quem era e que desejou demais. Todavia, a vida de Eurídice foi escrita no século XXI e, portanto, mostra como ela sofreu em ser apenas mãe e esposa de alguém, mas que sua personalidade não



girava apenas em torno disso. A personagem tinha talentos, desejos e sonhos que não estavam apenas conectados à ideia do lar:

Porque Eurídice, vejam vocês, era uma mulher brilhante. Se lhe dessem cálculos elaborados ela projetaria pontes. Se lhe dessem um laboratório ela inventaria vacinas. Se lhe dessem páginas brancas ela escreveria clássicos. Mas o que lhe deram foram cuecas sujas, que Eurídice lavou muito rápido e muito bem, sentando-se em seguida no sofá, olhando as unhas e pensando no que deveria pensar (BATALHA, 2016, p. 12).

A protagonista de Martha Batalha era uma pessoa de seu tempo; ela não sairia na rua demandando que ela pudesse seguir seus sonhos, porque não era isso que as mulheres faziam em 1940. Mas ela fez o que podia fazer, ao criar projetos pessoais para ocupar seus dias e, mesmo quando sendo proibida por ser marido de continuar, não desistiu de ter algo seu.

Eurídice se torna escritora, pois não poderia ficar ali presa sendo sempre relacionada a alguém: a filha de seus pais, a esposa de seu marido, a mãe dos seus filhos. Utilizando uma linguagem sarcástica e bem afiada, a narração da obra revela ao público-leitor que Eurídice não é somente aquilo ao qual ela foi relacionada, mas que ela é uma mulher com sonhos e anseios. Martha Batalha possibilita que sua personagem se mostre ao público sendo mais do que apenas um adereço dentro de seu lar, dando vez e voz a uma mãe dos anos 1940.

As obras trazidas aqui não são nem melhores nem piores que muitas outras obras de autoria feminina no Brasil e no mundo, mas foram escolhidas por mostrarem mulheres mães que vão além da visão estereotipada que o patriarcalismo impõe em relação a elas. Isso, de certo modo, revela a necessidade de uma ascensão da literatura escrita por mulheres.

Percebe-se, dessa forma, que reaver a presença das mulheres na literatura se torna uma maneira de combater “a opressão patriarcal instalada na produção de saberes da área de humanas” (SCHMIDT, 2008, p. 57) e, mostrar que enfrentar a dominação masculina é uma das maneiras pelas quais as mulheres podem reafirmar sua posição na sociedade. Ao fazê-lo, elas visam evidenciar que mulheres são capazes de produzir obras relevantes para a cultura nacional, além de contribuir para a desconstrução de padrões patriarcais de opressão, como as restrições relacionadas à maternidade.

Considerações Finais



Corpo do texto. Estudar sobre obras de autoria feminina não significa rechaçar as obras escritas por homens ou querer substituí-las no hall do cânone mundial. A importância de analisar, ler e criticar obras que foram escritas por mulheres e sobre mulheres está em trazer essas narrativas à luz e retirá-las de uma lista secundária da literatura. Do mesmo modo, não significa que as personagens são sempre bem desenvolvidas, que as mães têm sempre várias facetas e que as mulheres das obras são sempre reais, mas que há uma necessidade em também poder ouvir o que as autoras têm para contar.

As obras produzidas por escritoras mulheres desempenham um papel significativo na (re)construção da identidade literária, a qual foi originalmente estabelecida sob a égide predominante de escritores do sexo masculino, bem como na valorização de uma minoria historicamente subordinada, relegada à condição de objeto. Simbolicamente, a autoria feminina é fundamental para abalar a estrutura social patriarcal, que sustenta ideologias machistas de inferiorização e marginalização da figura da mulher.

Referências

ALENCAR, José de. **Cinco Minutos**. Edição de bolso. Porto Alegre: L&PM, 1997.

ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**. 1. ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2016.

BAKHTIN, Mikhail. A ciência da literatura hoje. In: BAKHTIN, Mikhail. **Notas sobre literatura cultura e ciências humanas**. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2017.

BATALHA, Martha. **A vida invisível de Eurídice Gusmão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BONNICI, Thomas. Teoria e crítica pós-colonialista. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (org.). **Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. 3. ed. Maringá: Eduem, 2009.

BRAVE. Direção: Steve Purcell, Mark Andrews, Brenda Chapman. Produção: Walt Disney. Estados Unidos: Walt Disney Studios Motion Pictures, 2012. DVD (95 min).

CINDERELLA. Direção: Wilfred Jackson, Hamilton Luske, Clyde Geronimi. Produção: Walt Disney. Estados Unidos: RKO Radio Pictures, 1950. DVD (75 min).

CORDEIRO, Mariana Sbaraini. A maternidade silenciada. **Interfaces**. v. 12. n. 1. p. 271-279. 2021.

FITZGERALD, Scott. **The Great Gatsby**. 1. ed. New York: Oxford University Press, 1998.



FLAUBERT, Gustave. **Madame Bovary**. Tradução: Mário Laranjeira. 1. ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33. jul./dez. 2009.

GONZAGA, Paula Rita Bacellar; MAYORGA, Cláudia. Violências e Instituição Maternidade: uma Reflexão Feminista Decolonial. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 39 n. spe 2. p. 59-73. 2019.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HUTCHEON, Linda. A incredulidade a respeito das metanarrativas: articulando pós-modernismo e feminismos. Tradução: Margareth Rago. **Labrys**, Estudos Feministas, Brasília, n. 1-2. jul./dez. 2002. Disponível em: https://www.labrys.net.br/labrys1_2/linda1.html. Acesso em: 24 set. 2023.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

MADALOSSO, Giovana. **Suíte Tóquio**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2020.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. Tradução: Marco Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-18. 2017.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Quem reivindica a identidade? **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, Rio Grande do Sul, v. 4, n. 1, p. 46-60. jan./jun. 2008. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/546/350>. Acesso em: 24 abr. 2023.

SHIN, Kyung-Sook. **Por favor, cuide da mamãe**. Tradução: Flávia Rössler. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.

SLEEPING BEAUTY. Direção: Wolfgang Reitherman, Clyde Geronimi. Produção: Walt Disney. Estados Unidos: Buena Vista Pictures, 1959. DVD (75 min).

SNOW WHITE AND THE SEVEN DWARFS. Direção: David Kerrick Hand. Produção: Walt Disney. Estados Unidos: RKO Radio Pictures, 1938. DVD (83 min).

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TANGLED. Direção: Byron Howard, Nathan Greno. Produção: Walt Disney. Estados Unidos: Walt Disney Studios Motion Pictures, 2011. DVD (101 min).

THE LITTLE MERMAID. Direção: John Musker, Ron Clements. Produção: Walt Disney. Estados Unidos: Buena Vista Pictures, 1989. DVD (83 min).

THE PRINCESS AND THE FROG. Direção: Ron Clements, John Musker. Produção: Walt Disney. Estados Unidos: Walt Disney Studios Motion Pictures, 2009. DVD (97 min).

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

ZOLIN, Lúcia Osana. A literatura de autoria feminina brasileira no contexto da pós-modernidade. **Revista Ipotesi**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 105-116. jul./dez. 2009.

